



CAMINHOS
E SOLUÇÕES
PRELIMINARES
PARA SÃO JOSÉ
DOS CAMPOS

CADERNO 10 DE 12

**Governança &
Cidadania**

PROFESSOR WILSON CABRAL | 2024



Para **resolver** os desafios de hoje e **planejar** a cidade que desejamos para bem viver, vamos idealizar propostas com a participação da população joseense e a visão de especialistas.

Diagnóstico

O tema da Governança é, na nossa opinião, um dos principais pilares de um bom governo e, no caso da gestão atual de São José dos Campos, o ponto chave e que reflete a piora nos mais diversos serviços municipais: saúde, transporte, educação, zeladoria, dentre outros.

Os trechos de uma matéria do jornal O Vale, veiculada no dia 02/06/2023 exemplifica o modelo de governança política adotada nas últimas gestões, que colabora para a corrosão da política republicana e estabelece um troca-troca que leva, em última instância, a diversos desvios, com clara queda da qualidade dos serviços públicos.

“Com votação decisiva da base aliada ao governo Anderson Farias (PSD), a Câmara de São José dos Campos rejeitou na última semana dois requerimentos da oposição que solicitavam informações da Prefeitura e do IPSM (Instituto de Previdência do Servidor Municipal) sobre estudo técnico a respeito do impacto que teria nas contas do instituto a aprovação do projeto que visa acabar com o chamado ‘confisco dos aposentados’. (...) A rejeição de requerimentos é uma forma de blindar o governo Anderson, já que esse tipo de documento deve ser respondido obrigatoriamente em 15 dias quando aprovado em plenário. Com a rejeição, a Prefeitura não é obrigada a responder à Câmara.” (O Vale, 2023)

O pedido de informações da Câmara para o Executivo é uma forma do exercício de fiscalização que aquela casa exerce sobre o Prefeito. E notem que se trata de uma das principais funções da Câmara de Vereadores. A manobra da base do governo no legislativo para barrar os pedidos de informações corrompe (sim, isso é corrupção no sentido amplo), portanto, as relações republicanas entre o executivo e o legislativo. Como este, ao longo da atual gestão, houve centenas (sim, centenas!) de pedidos de informação pela Câmara dos Vereadores barrados pela base do governo. E a formação desta base parlamentar corrompida tem custo! A troca se dá pela acomodação de indicações dos vereadores da base em cargos comissionados e na gestão de recursos em pastas importantes da administração municipal. A partir daí as distorções se multiplicam: as pessoas indicadas neste troca-troca, via de regra NÃO são as mais preparadas ou capacitadas para o exercício da função pública a que foram indicadas. E, por outro lado, passam a fazer parte de um exército de submissos que não têm autonomia para criticar ou até mesmo sugerir mudanças na condução dos serviços municipais: a menor crítica pode ser objeto de demissão. No caso dos servidores efetivos, a contrariedade a qualquer ato do executivo pode significar o ostracismo funcional: servidores deslocados de sua função e “encostados” em órgãos em que deixam de exercer sua plena capacidade.

Não resta dúvidas de que tal processo acaba por comprometer os serviços, degradando sua qualidade no município. Isso sem falar no preenchimento de funções e cargos que trazem consigo a responsabilidade de fiscalização das diversas empresas contratadas para terceirizar serviços municipais, como os serviços de limpeza urbana, por exemplo. São vários os casos apontados pela sociedade de pessoas contratadas por estas empresas terceirizadas, sob influência do gestor público, ali colocado como um comissionado. Assim, perde-se a moral pública e o gestor perde também sua

capacidade de fiscalização, já que passa a ser ele próprio um beneficiário indireto da contratação. E a qualidade dos serviços tende a cair.

Situações como esta, de gestores indicados sem capacidade técnica adequada, acontecem hoje nas escolas públicas, nas unidades de saúde, e em diversas situações de prestação de serviços terceirizados em São José dos Campos.

Por outro lado o baixo nível de planejamento e integração entre as diversas agendas e políticas públicas contribui para a precariedade da governança e até mesmo o choque entre iniciativas do poder público. Um exemplo recente envolve uma parceria no âmbito da SEURBS para implantação de soluções baseadas na natureza, em um trecho da bacia do córrego Senhorinha. As ações estavam em fase de finalização quando a Secretaria de Obras iniciou obras de retificação e canalização de trecho do córrego, contrariando absolutamente as expectativas dos parceiros da primeira iniciativa, já que se trata de intervenção não condizente com o conceito e práticas das soluções baseadas na natureza. Resultado: **desperdício de dinheiro público** e frustração de iniciativas com parceiros externos.

Outro caso emblemático é o da Ponte Estaiada, cuja funcionalidade foi questionada tão logo o projeto básico foi apresentado. Os técnicos que fizeram o questionamento foram tratados como “opositores políticos” e não lhes foi dada a possibilidade de, com base em análise técnica, interferir no transcurso do projeto e obra. O resultado já vimos: mais de R\$80 milhões gastos em uma obra que não cumpre o papel que lhe foi proposto. Uma obra considerada ILEGAL pelo Tribunal de Justiça de SP!

Tal corrupção de valores republicanos na política envolve e afeta, hoje, um dos principais meios da participação social nas políticas públicas,

os Conselhos Municipais. É nos conselhos que a voz da sociedade civil organizada deveria se fazer ouvir e, nos casos dos conselhos deliberativos, se fazer valer! A atual gestão promoveu uma revisão de praticamente todos os Conselhos Municipais, reduzindo a participação social e descaracterizando esta de tal forma que entidades representativas do setor empresarial, muitas vezes alinhadas com o executivo, passaram a se tornar mais influentes que boa parte das representações legítimas da sociedade civil.

Neste contexto, todos os instrumentos de ampliação da cidadania e da participação da sociedade na elaboração e execução de políticas públicas são reduzidos de sua legitimidade e representatividade. Audiências públicas e plataformas de participação, como o orçamento participativo, são reduzidas em seu escopo e menosprezadas em sua eficácia, tornando-se meros elementos de validação formal de políticas, programas e ações previamente definidas. Tal abordagem implode a cidadania e contribui para a formação de uma sociedade sem análise e acrítica, o que dá base para ambientes de polarização, de valorização do discurso de ódio, e leva a uma aceitação tácita da situação e afastamento dos cidadãos em relação à política.

Por fim, instituiu-se em São José dos Campos uma política do medo, que beira a uma ditadura. Os que se opõem são considerados inimigos e sempre prevalecem os conceitos, ideias e propostas de um grupo exíguo de pessoas que não se valem de análise crítica e reflexiva, nem interna nem externa.

É preciso, IMEDIATAMENTE, romper com este modelo de gestão, e para isso propomos um CHOQUE DE GESTÃO! Sem o troca-troca e o puxadinho do Executivo para com a Câmara de Vereadores, sem a

corrupção dos valores republicanos na condução das políticas públicas, e com a participação social substantiva ao longo do mandato, trazendo a sociedade ao centro das decisões!

Itens programáticos a serem considerados no Plano Sanja 2030, na temática **“Governança & Cidadania”**

- Implantação de programa de valorização dos servidores municipais, incluindo a promoção de concurso público interno para preenchimento dos cargos de gestão, com critérios de formação e capacidade técnica.
- Revisão imediata de todos os cargos comissionados, com enxugamento daqueles que poderiam ser exercidos por servidores efetivos, e estabelecimento de um protocolo de capacidades e perfil para a ocupação destes cargos.
- Gestão para a construção, junto à nova formação da Câmara de Vereadores, de um protocolo para um relacionamento que respeite o papel de cada instituição e valorize as relações republicanas entre executivo e legislativo.
- Lançamento de campanhas de conscientização para promoção da participação cidadã, que expliquem como as políticas públicas impactam a vida de cada cidadão.
- Educação formal e informal: incluir conteúdos sobre cidadania, direitos e deveres civis no currículo escolar, bem como oferecer programas de capacitação para adultos sobre questões cívicas e sociais.
- Revisão de todos os Conselhos Municipais, de forma a dar protagonismo real às representações legítimas da sociedade civil.

- Fortalecimento de conselhos municipais (ex.: saúde, educação, direitos de pessoas com deficiência, etc): Esses conselhos são espaços institucionais de participação direta da sociedade civil nas decisões do município. É preciso garantir que os conselhos tenham real poder de influência, autonomia e acesso às informações necessárias para exercerem suas funções, além de dar transparência absoluta de suas atividades.
- Ampliar o escopo financeiro da decisão da população no Orçamento Participativo e envolver os cidadãos para uma participação qualificada e efetiva na alocação de recursos.
- Portal da transparência: aprimorar o escopo e alcance de dados e informações, bem como garantir que TODOS OS PEDIDOS de informações pela sociedade seja respondido em tempo digno.
- Programas de formação de líderes comunitários: ofertar cursos e workshops para capacitar cidadãos que desejam se engajar mais ativamente nas políticas públicas, promovendo a liderança local. Estes eventos serão realizados nas escolas públicas, em período noturno e nos finais de semana.
- Fortalecimento de associações de moradores e ONGs: incentivar e apoiar o trabalho de associações comunitárias que defendem interesses coletivos e promovem ações sociais no município. O objetivo é dar capacidade e autonomia a estas associações, de forma a que não sejam “capturadas” por agentes políticos que criam dificuldades para vender facilidades.
- Adaptar políticas públicas e estratégias de participação às realidades culturais, sociais e econômicas de cada comunidade, promovendo diversidade e inclusão efetiva.
- Apoio a projetos comunitários: oferta de suporte técnico para projetos desenvolvidos por munícipes ou organizações da

sociedade civil, que tenham impacto direto na cidadania e qualidade de vida local.

- Desenvolver aplicativos para facilitar o elo entre a população e o poder público municipal (conselhos municipais e secretarias), seja para demandas cotidianas, seja para proposição de novas políticas públicas.

Esta lista de itens programáticos é uma primeira versão, para que a sociedade possa conhecer, criticar, comentar e sugerir novos itens. Participe você também!

PLANO SANJA 2030
GOVERNANÇA & CIDADANIA
WWW.WILSONCABRAL.INFO
[@WILSONCABRAL_PROF](https://www.instagram.com/WILSONCABRAL_PROF)



Vamos juntos!

Compartilhe nas redes.
Contribua com suas ideias
para São José dos Campos.

@wilsoncabral_prof
www.wilsoncabral.info

